

REDES DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA COMO TECNOLOGIA SOCIAL: EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO TRÊS LAGOAS - CASTRO - PR*

GT 1: Tecnologia social, educação popular e função social das Ciências

Tipo de Trabalho: 3 - Relato de Experiência

GILGEN, Ana Carolina¹

ROSA, Hallison Fernando²

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves³

SILVA, Marcia Alves Soares da⁴

Resumo: As Tecnologias Sociais (TS's) se relacionam com a proposta da Economia Solidária (ECOSOL), uma vez que privilegia a participação popular, a inclusão social, a autogestão e a sustentabilidade, em todas as suas dimensões de compreensão na construção desta prática. Neste sentido, este trabalho apresentará uma rede de comercialização solidária como Tecnologia Social, proposta que está sendo construída a partir do trabalho da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) com a Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Três Lagoas, localizada no distrito do Abapã (Castro - PR), no intuito de possibilitar a comercialização de produtos orgânicos na região, bem como propiciar aos consumidores produtos de qualidade, despertando em ambos uma postura crítica e reflexiva acerca do consumo e da produção.

Palavras-chave: tecnologias sociais; IESol; redes de comercialização solidária

Introdução

¹ Graduanda em Bacharelado em Serviço Social na UEPG; Extensionista bolsista na IESol; anagilgen@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Geografia na UEPG; Extensionista bolsista na IESol; hallison.fernando@gmail.com

³ Prof. Dr. do Dpto de Geociências (UEPG); Coordenador de Projeto Petrobras e Proninc (IESol - UEPG)

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG; Técnica em Economia Solidária na IESol; marcia.alves.geo@gmail.com

* Pesquisa/extensão financiada com recursos do Projeto MCTI-SECIS/MTE-SENAES/CNPq.

As Tecnologias Sociais (TS's) têm despertado o interesse nas atividades das Incubadoras, especialmente porque tem na participação popular seu determinante mais significativo. A participação coletiva e autogestionária é um dos mais relevantes princípios da Economia Solidária, sendo ainda elementos fundamentais para se pensar a construção das TS's.

O assunto ainda desperta algumas inquietações e dúvidas. Contudo, é notável que a partir das múltiplas experiências é que vamos construindo as TS's. Isto porque um dos conceitos das TS's é que possam ser reaplicadas em diferentes contextos sociais, adaptando-se às distintas realidades.

É importante destacar que embora tenha o termo “tecnologia”, as TS's não necessitam de grandes recursos tecnológicos para serem construídos, visto que aliam saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. O que importa essencialmente é que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento e inclusão social, a partir de uma realidade comum aos atores envolvidos.

Neste sentido, as TS's remetem à uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseada na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras.

A seguir, iremos realizar uma breve discussão teórica-conceitual das TS's, a construção de redes de comercialização/colaboração solidária como uma TS, e por fim a experiência da equipe de incubação da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol - UEPG) na organização e implantação desta rede na Associação Três Lagoas, em Castro - PR.

1 - Breve definição de Tecnologias Sociais (TS's)

As Tecnologias Sociais partem de um problema local, a partir de um processo de participação popular e construção coletiva, no intuito de solucionar este problema e realizar a transformação da realidade social. Aliando ciência e saber popular, teoria e prática, a construção de tecnologias sociais mostra-se como alternativa de desenvolvimento, dentro de uma lógica mais sustentável.

É necessário ter em mente que as TS's estão em processo constante de construção e avaliação, e por ter como base a resolução de problemas locais, a adequação sociotécnica é

um fator importante. Para tanto, sendo uma alternativa tecnológica, deve servir como empoderamento de diferentes atores sociais, especialmente porque busca a inclusão social.

A partir da participação coletiva, é relevante avaliar as necessidades e aspirações dos envolvidos, sendo um constante processo de construção e avaliação, onde a autogestão é elemento fundamental para a construção das TS's

As TS's são experiências inovadoras e busca-se sua reaplicação em diferentes contextos e realidades sociais, o que reforça a ideia de avaliação da proposta e sua adequação a essas realidades, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las. Além disso, possibilitam a geração de processos de aprendizagem que servem de referência para novas experiências, isto é, podem ser aperfeiçoadas e multiplicadas de acordo com cada contexto, tendo como essência a construção autogestionária, coletiva e popular.

Esta proposta surge como uma crítica às tecnologias convencionais, quase sempre nas mãos dos detentores dos meios de produção e colocadas à disposição do poder hegemônico e que geralmente não utilizam a tecnologia para o bem viver das pessoas. Neste sentido, é um processo de resistência, construído a partir do popular.

A partir de uma mobilização democrática, as TS's fazem parte da luta do movimento da economia solidária e “se articula com a formulação estratégica, em curso na contemporaneidade, de transição para um novo modo de produção, ligado ao contexto de emancipação do trabalho e redução de desigualdades” (VARANDA e BOCAYUVA, 2009, p. 79).

De acordo com a Fundação do Banco do Brasil, a TS “compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

Neste sentido, sendo uma estratégia de resistência, as TS's buscam aliar tecnologia com o respeito à natureza, a valorização do ser humano, em todas as esferas, no intuito de possibilitar o equilíbrio entre as pessoas e o ambiente. Assim, múltiplas são as experiências de TS's: Calha Alternativa em Camaragibe (PE), Casa Familiar Rural em Igrapiúna (BA), Cisternas em Serra Azul (SP), Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário em Francisco Beltrão (PR), autonomia econômica das mulheres rurais em João Pessoa (PB), entre outras. São várias TS's certificadas e premiadas pela Fundação Banco do Brasil, cuja experiência pode ser reaplicada em outras realidades sociais.

A partir das experiências pesquisadas, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol - UEPG) têm buscado incorporar em suas ações nos Empreendimentos Econômicos

Solidários (EES), atividades relacionadas às TS's, que inclusive é tema do evento anual realizado pela Incubadora (Seminário Nacional de Economia Solidária e Tecnologia Social).

A IESol atualmente trabalha com treze EES, de várias áreas de atuação: artesanato, agricultura familiar, reciclagem, jardinagem, entre outros. Entre as atividades da Incubadora, está a construção de uma rede de comercialização solidária na região de Abapã, no município da Castro, que integra a região dos Campos Gerais. Inicialmente, a proposta está sendo construída pela Associação de Trabalhadores Rurais do Três Lagoas, um assentamento inserido no Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e que começou a escrever sua história no final dos anos de 1980.

A seguir, apresentaremos uma concisa discussão sobre redes de comercialização solidária e sua relação com as TS's, bem como o relato da experiência da Associação na construção dessa rede.

2 - Redes de comercialização/colaboração solidária como tecnologia social

A IESol trabalha com o empreendimento Três Lagoas há pelo menos um ano e cinco meses. As primeiras atividades realizadas no empreendimento foram as formações em ECOSOL, como: discussão de autogestão, autonomia, preço justo, cooperativismo e associativismo, entre outras questões.

No planejamento de 2015, a partir do trabalho conjunto com a Associação, estabeleceu-se como principal objetivo de trabalho a formação de uma rede de comercialização solidária, já que a Associação não possui espaços autônomos e consolidados de comercialização no município. Tal realidade leva os trabalhadores a desenvolverem formas de escoamento da produção que apresentam inúmeras desvantagens, como a venda “porta a porta”.

Assim, a proposta é a criação da rede de comercialização, onde a equipe de incubação têm planejado diversas ações, como a criação do logomarca da Associação, o debate sobre precificação, a criação do plano de negócios (Plano Canvas), a organização territorial da rede a partir de locais próximos à localização da Associação e que possuam clientes em potencial. Neste sentido, a construção da rede de comercialização têm sido uma proposta coletiva, a partir de vários debates que privilegiam a realidade local bem como as potencialidades dos/as trabalhadores/as da Associação.

Mance (2000) acredita que as Redes de Colaboração Solidária atendem demandas imediatas e combatem o capitalismo, e a partir dessa proposta é possível construir uma

estratégia viável que permite a geração de trabalho e renda, tendo como sujeitos principais os excluídos pelo capitalismo e aqueles que lhes são solidários. Por conseguinte, o objetivo da rede é produzir tudo o que as pessoas necessitam para realizar o bem viver de cada um, possibilitando as liberdades públicas e privadas dos/as envolvidos/as, o que garante às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária.

A formação de Redes de Colaboração Solidária inclui diversos atores, não só os/as trabalhadores/as de associações ou cooperativas, mas também consumidores/as que façam uma análise crítica e reflexiva sobre o ato de consumir, onde os/as envolvidos/as buscam a superação das desigualdades e preconceitos, a inclusão social, a valorização da produção local, o equilíbrio ambiental, a sustentabilidade social, econômica e do meio ambiente, entre outros pontos. Conforme Mance (2000, s/p.)

Quando uma rede de colaboração solidária é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combate as estruturas capitalistas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida.

A participação de trabalhadores/as, bem como consumidores/as é vital para a consolidação das Redes, pois possui um forte potencial transformador, além de atender de maneira imediata às necessidades de ambos os atores. Além disso, a produção e consumo críticos potencializam a promoção da solidariedade, a implementação de uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir e de organizar a vida coletiva. Assim o

consumo solidário significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos, visando realizar o nosso livre bem viver pessoal, promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço manter o equilíbrio dos ecossistemas e contribuir para a construção de uma nova sociedade justa e solidária (MANCE, 2000, s/p).

A Rede de Colaboração Solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, sendo parte das vendas investida na própria associação ou cooperativa. Além disso, o excedente, que na empresa capitalista é lucro para o proprietário, na rede é também investida no seu próprio fortalecimento.

Com solidariedade, autonomia e conhecimento, as redes podem ser iniciadas em qualquer lugar, tendo como intuito sua própria sustentabilidade, isto é, que os/as envolvidos/as adquiram a menor quantidade possível no mercado capitalista a partir de

compras conjuntas que possibilitam descontos. A ideia também é que se possa criar condições de se produzir tudo que é necessário para os/as envolvidos/as na rede local.

A proposta da Rede de Colaboração Solidária é que aquilo que é produzido possa ser consumido por todos os envolvidos e que haja investimento na rede a partir das vendas e dos excedentes. “Quanto mais se distribui a riqueza na Rede, mais os seus produtos são consumidos, mais oportunidades de trabalho que gera riqueza são criadas e um número maior de pessoas passa a integrar a rede como produtores e consumidores. Trata-se de um círculo virtuoso que integra consumo e produção!” (MANCE, 2000, s/p).

Em suma, as Redes de Colaboração Solidária partilham de forma justa e igualitária a produção e consumo, com o objetivo final do potencializar o bem viver de todos/as envolvidos/as. “Os novos empreendimentos visam estrategicamente produzir aquilo que ainda é adquirido no mercado capitalista, sejam bens e serviços para consumo final ou insumos, materiais de manutenção e outros itens demandados no processo produtivo” (MANCE, 2000, s/p).

Tendo como base a participação coletiva, as Redes de Colaboração Solidária podem ser consideradas Tecnologias Sociais, visto que buscam resolver um problema local a partir da mobilização de diversos atores. No caso da Associação Três Lagoas, as formações em ECOSOL foram imprescindíveis para que os/as trabalhadores/as pudessem compreender todo o processo de colaboração solidária e a importância de uma organização e gestão coletiva para a construção da Rede.

A partir de atividades como a agregação de valor ao produto, ampliação do acesso ao público consumidor, desenvolvimento de estratégias de comercialização do produto, busca de preço justo, construção de uma identidade visual e divulgação da produção, está sendo possível visualizar a formação da Rede na Associação, onde iremos detalhar a seguir as atividades desenvolvidas pela IESol para impulsionar a construção dessa Rede.

3 - História e experiência do Três Lagoas na construção de uma rede de comercialização solidária

No ano de 1989, aproximadamente noventa e cinco famílias, de várias regiões do Paraná e que integravam o o Movimento Sem Terra ocuparam a fazenda Geosul, no Abapã – Município de Castro. Através do estudo do movimento, observou-se que essas terras eram griladas por fazendeiros que contratavam pistoleiros para forçar a desocupação da propriedade. Durante um ano, as famílias assentadas passaram por diversos riscos, como

ameaças constantes de morte que os impediam até mesmo de buscar alimentos e remédios para os seus membros. Mesmo assim, ocorreu um tiroteio onde três sem terras foram atingidos e um foi a óbito. Diante deste contexto de pressão, medo e violência, as famílias começaram a sair da propriedade e o acampamento foi encerrado. Destarte, a comissão não desistiu e com o auxílio financeiro de líderes da Igreja Católica foi possível realizar as negociações com o INCRA, em Curitiba. Dois anos depois, 35 famílias retornaram a ocupar a fazenda. Em 1994, o INCRA legitimou a ocupação e reconheceu a área como assentamento, mas para apenas 12 famílias Sem-Terra e 8 posseiros, o que levou muitas famílias a migrarem para outros assentamentos.

Depois da conquista da terra, verificaram a existência de novas dificuldades na vida no campo, que fomentou a criação da Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Três Lagoas e propiciou a compra e venda coletiva e a participação em alguns projetos governamentais.

Em 2004, 13 famílias começaram a entregar frutas, legumes e verduras para o Programa de Aquisição de Alimentos. Já em 2013, esse número aumentou para 18 famílias, que dependiam exclusiva ou de forma complementar da participação neste projeto.

A Associação Três Lagoas carrega uma história marcada pela variedade de espécies cultivadas e alta capacidade produtiva, um dos exemplos disso é que o limite máximo de compra em programas como o PAA, que abrange somente 20% do total da capacidade produtiva de cada agricultor. Com esse programa era possível garantir parte do sustento familiar. Entretanto, seu acesso foi interrompido em 2014 com a Operação Agro Fantasma da Polícia Federal que investigou o suposto desvio de recursos públicos do programa. A referida operação ocorreu de forma distorcida e pouco clara, além de ter favorecido meios de comunicação que abertamente, buscaram utilizar os fatos para criminalizar os/as agricultores/agricultoras e movimentos sociais do campo, o que tornou a apuração de irregularidades no programa um caso policial e deslocou a atenção da sociedade, legitimando o estigma sofrido pelos movimentos camponeses.

Tal situação é um retrato representativo da resistência que deve ser empreendida pelas populações rurais, que se deparam com a escassez de recursos para a construção de canais de escoamento da produção, pouco espaço nas políticas públicas e alta burocratização dos projetos existentes. A suspensão do PAA gerou grande insegurança e receio na participação em políticas estatais, agravando os problemas já enfrentados antes de tal episódio, como a demora no pagamento das entregas, que chegaram a atrasar mais de dois meses.

A questão apresentada conclama os/as agricultores/as familiares, movimentos sociais e entidades de apoio a construir alternativas de escoamento da produção mais adequadas à realidade rural e que possibilitem um maior grau de autonomia. Além disso, o potencial educativo da comercialização de produtos orgânicos oriundos de assentamentos integrados a movimentos sociais é completamente apagado no contexto das compras institucionais, já que a relação vivida é estritamente de repasse de produtos, que usualmente ocorre de forma indireta às entidades beneficiadas. Ou seja, compra-se apenas o alimento em si, ignorando os valores subjetivos inerentes, como a conservação da biodiversidade, a valorização do produto livre de agrotóxicos, a relação produtor/a-consumidor/a, trabalho pouco mecanizado, o conhecimento sobre a origem dos produtos e realidade vivida pelos/as produtores/as e a valorização dos movimentos sociais.

Após a suspensão do PAA, sem um mercado consumidor formado, alguns integrantes da Associação se apoiaram nas vendas de “porta em porta”, sem noções prévias a respeito do potencial consumidor de produtos orgânicos, deparando-se com grandes dificuldades durante esta atividade, como maiores gastos para distribuição/venda, tempo excessivo para a busca ativa e constante de clientes, instabilidade de receita, falta de credibilidade e pouca articulação comunitária.

A equipe da IESol, com base no que já é vivenciado, desde o ano de 2014 vem realizando atividades de formação sobre Economia Solidária. De maneira geral, era notável que os/as trabalhadores/as já praticavam muitos dos princípios da ECOSOL, especialmente pelo envolvimento com o MST, bem como todo o processo coletivo de luta pela terra, mas não tinham conhecimento teórico sobre a questão. Assim, no ano de 2014 realizamos formações de sensibilização com a proposta da ECOSOL, que sempre foi muito bem aceita pelos/as integrantes da Associação.

A partir das reuniões de planejamento, no ano de 2015 a equipe de incubação da IESol colocou como proposta principal de atividade o fortalecimento e criação de novos canais de comercialização. Visualizando tal necessidade, conjuntamente deliberou-se por direcionar as atividades para a criação de uma rede local de comercialização.

Notou-se que o envolvimento dos/as associados/as diminuiu consideravelmente nas reuniões com a equipe da IESol, restringindo-se a cinco famílias que estavam presentes. É difícil medir o impacto que isso traz à Associação. Entretanto, é possível considerar que o envolvimento de poucas famílias e a união entre elas foi um fator decisivo na concretização deste ponto em questão. Assim, iniciou-se com a construção do Plano Canvas.

O Plano Canvas consiste em um plano de negócios que proporciona uma visão geral do negócio. É usado para descrever, visualizar, avaliar e mudar o negócio, sendo um mapa pré-formatado contendo nove blocos: parcerias principais, estrutura de custo, atividades-chaves, recursos principais, canais de distribuição, proposta de valor, relacionamento com clientes, segmento de clientes e fontes de receita.

A construção desses nove blocos se dá a partir de perguntas norteadoras e que foram respondidas de forma coletiva. Contudo, embora as perguntas fossem pré-definidas, sentiu-se a necessidade de adaptação à realidade local. Assim, nas reuniões de planejamento, a equipe de incubação da IESol debateu o rol de perguntas e modificou o que era necessário, de acordo com o contexto e a experiência de trabalho na Associação.

A proposta de se aplicar o Plano Canvas na Associação surgiu devido a uma experiência anterior realizada em outro EES incubado pela IESol e que também está em Castro: a Associação das Colônias. A partir desta experiência, em que os/as trabalhadores/as puderam visualizar o EES a partir de uma construção coletiva, percebemos a importância de multiplicar a proposta. Aqui, ressalta-se a importância de valorizar o conhecimento já existente para que não houvesse interferência nos resultados encontrados por parte da equipe da incubadora. São os/as integrantes da Associação que redirecionam a resposta final das questões.

A segunda atividade neste sentido foi uma conversa inicial sobre a formação da rede de comercialização. Levantou-se alguns pontos importantes sobre a temática, tais como: mapeamento produtivo/capacidade produtiva: o que, quantidade; composição da venda; logística da produção; público alvo; levantamento de clientes em potencial (lugares e pessoas); divulgação, abordagem, argumentos, diferencial, tipo de material de divulgação. A ideia era começar a despertar alguns elementos essenciais para a construção desta rede.

Após isso, realizou-se a atividade de identidade visual da Associação, visto que a mesma ainda não possuía uma logomarca ou imagem que remetesse ao trabalho e à produção realizada. Nesse sentido, um trabalho de resgate da história, memória e identidade coletiva foi realizado, com o objetivo de relembrar os tempos de luta pela terra no início da ocupação. Além disso, realizou-se uma atividade sobre a teoria de cores, onde foi explicada a importância das cores na construção de uma logomarca, possibilitando a apropriação básica da teoria de cores pelo empreendimento, para que pudessem utilizá-la na confecção de seus produtos e elaboração de materiais visuais. Os/as associados/as apreenderam através da oficina “paleta de cores do empreendimento” a importância do tema para a comercialização,

onde foram instigados a escolher as cores que mais representavam a Associação para que fizessem parte da logomarca.

Ainda nessa formação, realizou-se uma atividade de construção coletiva da logomarca da Associação. Foram entregues para os/as associados/as algumas revistas e proposto que escolhessem algumas imagens que poderiam compor a logomarca da Associação. Cada participante teve a liberdade de escolher as imagens que mais lhe despertavam interesse. Após isso, foram debatidas as escolhas e construído um quadro com algumas imagens. Nesse momento, o debate realizado sobre a teoria de cores foi lembrado, levando à escolha das cores que melhor representavam a Associação.

Em outra reunião, realizou-se novamente uma formação sobre a rede de comercialização, que consistia na construção de um mapa coletivo da área de abrangência da região de Abapã próximo à Associação. A proposta era construir um mapa com a localização territorial de alguns locais em potencial para serem pontos de distribuição, destacando os melhores locais para o início desta rede. Problematicou-se os locais em potencial e se estes seriam elencados pela distância, raio de abrangência ou prioridade dos locais.

A ideia é que a partir deste mapa criado o que chamamos de “mapa social” ou “mapa mental”, a equipe da IESol e os/as associados/as possam ir na área de abrangência dos lugares destacados como prioritários e realizem um trabalho educativo e de divulgação da rede de comercialização. Relacionado a isso, nessa mesma atividade, criamos uma situação problema relacionado à divulgação da produção e comercialização da Associação. Apresentamos possíveis discursos que os/as associados/as podem se deparar quando forem realizar esse trabalho de divulgação tais como: “Não compro porque é caro”; “Não compro porque não conheço a origem”; “Não compro porque o veneno não faz mal”; “Não compro porque no mercado o acesso é mais facilitado e melhores condições de pagamento”; “Não compro porque não tenho fácil acesso”.

Neste sentido, a proposta é que eles/as apresentassem alguns argumentos para rebater estes discursos tão presentes no cotidiano das pessoas. Assim, além da “situação problema”, apresentamos alguns argumentos relevantes que poderiam ser utilizados pelos/as trabalhadores/as, levando em consideração ainda, toda a vivência e a experiência que possuem na produção agroecológica.

Esse trabalho de formação da rede solidária ainda está em processo de construção e a equipe de incubação vem buscando outras experiências de sucesso que possam ser reaplicadas na realidade da Associação. De forma coletiva estamos buscando despertar nos/as associados/as a importância de alguns debates no que diz respeito à formação da rede, sendo

a próxima atividade chave para isso, a divulgação do trabalho tanto da Associação, quanto da IESol.

4 - Considerações finais

Trabalhando e consumindo em Redes de Colaboração Solidária, garantimos um desenvolvimento sustentável, tanto ecologicamente quanto socialmente e asseguramos às pessoas as condições para o seu bem viver, para a livre realização da sua dignidade humana (MANCE, 2000)

Conforme o autor, a colaboração solidária, por isso mesmo, vai além da dimensão econômica. Cultivar a solidariedade em todas as esferas de nossa vida enriquece o nosso bem viver, fortalece a amizade e a fraternidade entre as pessoas, suprimindo a discriminação e o preconceito, e promovendo a diversidade cultural e a criatividade humana que zelam pelas liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Para tanto, percebemos a importância do despertar de uma sensibilidade solidária em todos os envolvidos em práticas de Economia Solidária. É necessário ainda o debate da interdependência que estamos inseridos em nossa sociedade, mas que está esquecida em virtude do individualismo que a cultura capitalista nos submete.

Com isso, verificamos a importância da participação das famílias na formação da rede de comercialização, onde mesmo com a presença de poucas famílias, existe uma união consistente para se lutar pelo bem estar de todos/as. Aqui, ressalta-se a valorização do ser humano, diante de dificuldades encontradas, mas perseverantes em novas conquistas. Os/as associados/as integrarão a rede de comercialização e, possivelmente, estimularão o contato com os/as demais associados/as que não participaram do processo de construção da rede de comercialização. Nesse âmbito, é necessário verificar o processo de participação que se daria do envolvimento destes/as, tendo em vista a ausência neste momento tão importante do EES.

A proposta que vem sendo desenvolvida também possibilita a valorização da relação humana no processo de troca/comercialização, pois busca fortalecer o vínculo consumidor/a-produtor/a, despertando novas possibilidades, como a reflexão crítica sobre o consumo, direcionamento do consumo para a dinamização da produção local, questionamento sobre o modelo agrícola atual, bem como, sobre o acesso a alimentos saudáveis. Assim, é inegável o potencial de desenvolvimento da autonomia dos/as produtores/as, que concentrando esforços na consolidação de um espaço como a rede, atenuam ou eliminam regramentos autoritários que fazem parte da organização de programas estatais, aumentando

sua liberdade e autodeterminação. Além de promover o desenvolvimento individual e coletivo, por meio da apreensão de processos administrativos, contábeis e de planejamento por parte dos/as agricultores/as, que no contexto de programas governamentais devem restringir sua atuação apenas no cultivo, sendo excluídos de todas as outras etapas que integram o planejamento de ações.

Nesse sentido, percebemos que a construção de redes de comercialização/colaboração solidárias deve passar antes por um exercício reflexivo, pois a solidariedade é um sentimento de identificação com o outro. Assim, é importante enxergarmos que necessitamos uns dos outros para garantir nosso bem viver, isto é, é necessário incorporar a necessidade do outro como parte do nosso cotidiano, já que não somos seres descolados do espaço em que estamos inseridos.

5 - Referências

MANCE, Euclides. **Redes de Colaboração Solidária: Construindo uma Nova sociedade.** Março, 2000. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redes1.htm>> Acesso 7 julho 2015.

_____. **Redes de Colaboração Solidária.** Novembro, 2002. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>> Acesso 7 julho 2015.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; ASSIS, Thiago de Paula (orgs.). **Comercialização solidária no Brasil : uma estratégia em rede.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012. 216 p

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária.** Rio de Janeiro : FASE - Ippur - Lastro. UFRJ, 2009. 152 p.